

Assembléia da Adunicamp aprova paralisação dia 12/8

O governador Mário Covas está seguindo à risca a receita de FHC para o funcionalismo público: cobrir o rombo da previdência confiscando salários. O anteprojeto de lei que cria o Regime Próprio de Previdência dos Servidores de São Paulo, encaminhado pelo Governador à Assembléia Legislativa, começou a tramitar na última segunda feira, dia 2/8. Se for aprovada, a nova lei deverá, dentre outras coisas, excluir da previdência do funcionalismo grande parte de docentes e funcionários ainda não concursados e instituir a cobrança de contribuições de ativos, inativos e pensionistas, baseadas em alíquotas que chegam a 25%, dependendo da faixa salarial. O governo quer tapar os rombos da previdência feitos por ele próprio, confiscando grande parte dos nossos salários.

Assembléia da Adunicamp, ocorrida no último dia 4/8, reafirmou o indicativo do Fórum das Seis de

rejeição do anteprojeto e aprovou os seguintes encaminhamentos:

- paralisação das atividades na Unicamp, no dia 12/8, e realização de um ato em frente à Reitoria às 9h,
- envio de ofício à Reitoria solicitando o reconhecimento do dia 12/8 como um dia de luta contra a reforma previdenciária proposta pelo Governo do Estado e em defesa da Universidade Pública Paulista,
- participação no ato público organizado pela Comissão de Mobilização e Negociação dos Servidores Públicos (da qual faz parte o Fórum das Seis), no dia 12/8, em frente à Assembléia Legislativa de São Paulo,
- elaboração de uma carta aberta à comunidade pela rejeição do anteprojeto de lei e em defesa da universidade pública paulista para ser distribuída no campus e discutida com os alunos a partir de segunda feira, dia 9/8.

Adunicamp vai propor emenda ao anteprojeto de lei

A Assembléia da Adunicamp aprovou o encaminhamento de emenda ao anteprojeto de lei do Sistema Previdenciário dos Servidores do Estado de São Paulo contemplando, dentre outras coisas, a inclusão dos docentes da Parte Especial no Sistema Previdenciário do

Funcionalismo Público, alíquota única de contribuição (6%) e constituição de fundo próprio para as universidades. Mesmo aprovando o encaminhamento de emenda ao anteprojeto a Assembléia reafirmou a tese da rejeição ao projeto defendida pelo Fórum das Seis.

Ato público do funcionalismo

**Dia 12 de agosto, às 14h, em frente à Assembléia Legislativa de São Paulo
(ônibus fretados sairão do pátio da biblioteca central às 12h)**

O ato será organizado pelas entidades representativas do funcionalismo público do Estado de São Paulo, pela rejeição do projeto de lei de previdência do governo Covas. Somente com grandes manifestações e a realização de uma greve geral do funcionalismo poderemos barrar mais essa investida do Governo contra os nossos direitos.

Precisamos reagir e lutar pela defesa dos nossos salários, por um sistema previdenciário digno e pela defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade.

Não ao confisco. Não à exclusão. Exigimos respeito e justiça.

A morte anunciada das Universidades Federais

Paulo Renato, ex-reitor da Unicamp, no momento Ministro da Educação fez a entrega pública do documento sobre a autonomia da Universidade. Como já é praxe o governo deu a luz a uma “autonomia MEC” e não das Universidades. Vale dizer trata-se do anúncio do descompromisso real com o Ensino Superior no Brasil. Cumprindo as determinações do Banco Mundial (ver o Relatório “La enseñanza superior: lecciones de la experiencia”) o governo além de limitar os recursos para a Universidade intervêm pesadamente na vida das Instituições. Pelo texto legal apresentado o governo pode, oficialmente, intervir na Instituição; pode além disso retirar recursos para atender as “necessidades imperativas de redução do déficit público ou obtenção de superávit no exercício”; atrela a vida das universidades a processos de gestão (“contrato de desenvolvimento institucional”); reserva 7% do orçamento aprovado e o põe sob o controle imediato do MEC; e, entre outras coisas, possibilita a criação de carreiras e planos de salários diferenciados entre as diversas universidades.

Esse conjunto de medidas permite-nos a caracterização de que longe de ser uma regulamentação inconstitucional do Art. 207 da Constituição (auto-aplicável) constitui-se em um atestado de óbito da Universidade. Trata-se de uma “homenagem” que o carrasco presta à vítima. Nunca como agora o poder do MEC e, por extensão, do governo foi tão grande sobre a Universidade. A anti-autonomia está claramente colocada. Ou seria melhor falar em “contra-autonomia”?

Diante disso o ANDES-SN reunido com a presença de seções sindicais das federais, da ADUNICAMP e da ADUNESP, se posicionou pela total rejeição do documento apresentado. Começa a agudizar-se o processo de defesa da Universidade. Em todo o país, até o dia 25 de agosto, as Assembléias das Seções Sindicais estarão reunidas para debater o indicativo de greve para a primeira quinzena de setembro. Não se trata da greve pela greve. Mas parece não restar outra alternativa. Durante meses o debate foi travado e o governo foi piorando sensivelmente a proposta. Temos uma agenda positiva (não se trata de

rejeitar por rejeitar) e por isso as assembléias terão como pauta a questão da autonomia levando em consideração a Carreira Docente, o Financiamento Público e o problema do desemprego (visto a possibilidade do Plano de Demissão Voluntária e a colocação em disponibilidade dos trabalhadores universitários). Temos um projeto consubstanciado na Proposta da ANDES-Sn e das Ads para a Universidade (Caderno 2 da ANDES) e temos as decisões dos nossos congressos e conselhos nacionais.

Manifestos da comunidade universitária e de instituições da sociedade civil, entre elas as sociedades científicas, estão sendo preparados. A mobilização passa, também, pelo contato com deputados, senadores, etc. A presença de docentes e técnico-administrativos em Brasília na marcha dos cem mil, o estado de greve dos técnico-administrativos e dos servidores públicos forma o quadro complexo das mobilizações. O pacote sobre o serviço público e a “autonomia do MEC” formam uma unidade que visa por fim à Universidade Pública.

Como o MEC está buscando retirar do seu quadro de Ensino Superior os Centros Federais de Educação Técnica (CEFETS), as Escolas Agrícolas e os Colégios Técnicos, o sindicato estará realizando um seminário sobre Educação tecnológica na primeira semana de setembro.

Como vivemos em um país onde a Federação é uma ficção, uma licenciabilidade política, onde os estados são pouco mais que nada diante da vontade imperial do governo, temos que estar preparados para as implicações disto nas Universidades estaduais. Como no caso da Previdência onde os Estados se anteciparam ao governo e aprovaram (ou tentam) projetos do mesmo tipo, também isto está colocado para toda a Universidade Pública gratuita, de qualidade e comprometida com a sociedade.

**Defenda a vida inteligente no país!
Defenda a Educação Pública!
Defenda a verdadeira autonomia!
Combata a do MEC!**

Atenção professores celetistas

Atendendo à solicitação de associados a Adunicamp está convidando os professores contratados em regime CLT, ligados ao CEL (Centro de Ensino de Línguas) e ao CEPRE (Centro de Estudos e Pesquisa em Reabilitação Prof. Dr. Gabriel Porto), para uma reunião com o Dr. Carlos Simões, assessor jurídico da entidade.

Local: sede da Adunicamp
Dia: 17 de agosto de 1999 (terça-feira)
Horário: 8h30

Dicionário de economia

Sérgio Silva

Privatização. Processo através do qual amigos do governo adquirem empresas do mesmo governo, com dinheiro emprestado por esse mesmo governo e o apoio (como sócios sem direitos a mandar em nada) de fundos de pensão de empresas do mesmíssimo governo.

Capital estrangeiro. 1. Dinheiro que os brasileiros afortunados e bem relacionados com o governo investem, no país, a partir de suas contas no exterior. 2. Investimentos de empresas com sede no exterior, financiados, pelo governo, a juros bem inferiores aos de mercado.